Recebido: 01.04.2025
Aprovado: 25.04.2025
Avaliado: pelo Sistema Double Blind Review

PARTICIPAÇÃO DO TURISMÓLOGO NA GESTÃO PÚBLICA: ESTUDO DE CASO EM MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE

TOURISM PROFESSOR PARTICIPATION IN PUBLIC MANAGEMENT: CASE STUDY IN MUNICIPALITIES OF RIO GRANDE DO NORTE

Josieldo Da Silva

E-mail: josieldosilvarn@gmail.com

ORCID: 0009-0006-2089-5931

Alcedo Pinheiro Galvão

E-mail: alcedogalvão@uern.br

ORCID: 0000-0002-2165-9950

Fernando Romantiêze Vicente da Silva

E-mail: fernandoromantieze@alu.uern.br

ORCID: 0009-0000-3012-2410

RESUMO

Este estudo analisa a participação e o impacto do turismólogo na gestão pública municipal voltada ao turismo em municípios do Rio Grande do Norte. A pesquisa investiga a estrutura administrativa e a presença desses profissionais em 20 municípios, revelando que todos possuem secretarias de turismo, mas apenas 60% contam com turismólogos em suas equipes. A metodologia adotada foi quantitativa, descritiva e aplicada, com coleta de dados por meio de questionários estruturados. Os resultados evidenciam a necessidade de ampliar a inserção de turismólogos na administração pública para fortalecer a formulação e implementação de políticas eficazes no setor.

Palavras-chave: Planejamento, Políticas Públicas, Turismólogo.

ABSTRACT

This study analyzes the participation and impact of tourism professionals in municipal public management focused on tourism in municipalities in Rio Grande do Norte. The research investigates the administrative structure and the presence of these professionals in 20 municipalities, revealing that all have tourism departments, but only 60%

have tourism professionals on their teams. The methodology adopted was quantitative, descriptive and applied, with data collection through structured questionnaires. The results highlight the need to increase the inclusion of tourism professionals in public administration to strengthen the formulation and implementation of effective policies in the sector.

Keywords: Planning, Public Policies, Tourism Professional.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda os fundamentos do planejamento turístico e da gestão pública, com ênfase na participação do turismólogo na administração municipal dos municípios do Estado do Rio Grande do Norte. A pesquisa se faz necessária para compreender a atuação desse profissional na formulação e implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável e à promoção do turismo local. O turismólogo, reconhecido pela Lei nº 12.591/2012, é o profissional habilitado para planejar, organizar, dirigir, controlar e gerir atividades turísticas em diferentes esferas, sendo peça-chave para a consolidação do turismo como vetor de crescimento econômico e social. Sua atuação possibilita a estruturação de políticas públicas estratégicas, contribuindo para a geração de emprego e renda, além da valorização dos atrativos culturais e naturais das localidades onde atua.

De acordo com o Ministério do Turismo (2024), o setor turístico tem exercido um papel relevante na economia brasileira, destacando-se como um dos principais segmentos responsáveis pela criação de novos postos de trabalho. No entanto, para que o turismo se desenvolva de maneira planejada e sustentável, é essencial que as ações governamentais sejam pautadas em critérios técnicos e alinhadas a uma gestão eficiente, que integre diferentes áreas da administração pública.

No contexto do Rio Grande do Norte (RN), estado reconhecido por sua diversidade de atrativos naturais e culturais, o turismo se configura como um setor estratégico para o desenvolvimento regional. As iniciativas municipais desempenham um papel fundamental na organização e na execução de políticas que visam fortalecer a competitividade dos destinos turísticos, promovendo crescimento econômico e inclusão social. Para isso, a presença de profissionais qualificados no setor público, como os turismólogos, é indispensável.

A pesquisa propõe-se a investigar a atual estrutura administrativa voltada para o turismo nos municípios do RN, analisando em que medida os turismólogos estão inseridos nas gestões

municipais e qual o impacto dessa presença na formulação e implementação de políticas públicas para o setor.

Diante desse panorama, o estudo busca responder à seguinte questão norteadora: qual é a estrutura pública direcionada ao turismo nos municípios do RN e qual o nível de participação do turismólogo nessa gestão? A partir dessa análise, pretende-se oferecer subsídios que contribuam para um planejamento mais eficiente e para a adoção de práticas sustentáveis no desenvolvimento do turismo municipal, fortalecendo o papel do turismólogo como agente estratégico da gestão pública.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Planejamento Do Turismo

O planejamento turístico é um instrumento essencial para a promoção do desenvolvimento sustentável e a gestão eficiente dos recursos disponíveis nos destinos turísticos. Sua aplicação envolve a definição de objetivos, estratégias e diretrizes que orientam a organização e expansão do setor, levando em consideração aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Segundo Ruschmann (2022), o planejamento turístico consiste em um processo estratégico que visa criar condições favoráveis para a concretização de metas previamente estabelecidas, garantindo a estruturação equilibrada e eficiente do setor.

A governança no turismo desempenha um papel central nesse contexto, pois estabelece um modelo de gestão pautado na participação coletiva e na cooperação entre os diferentes atores envolvidos.

Emmendoerfer et al (2023) enfatizam a importância do planejamento na questão da governança de uma política pública dirigida ao Turismo:

> Com base na governança, o planejamento turístico representa uma ação fundamentada em uma gestão dirigida à participação e à integração efetiva entre instituições e cidadãos, cujas ações estratégicas contemplam o desenvolvimento do turismo. (Emmendoerfer et al, 2023, p.1075)

O planejamento turístico, quando bem estruturado, permite a elaboração de políticas públicas eficazes, adaptadas às particularidades locais, e fundamentadas nas necessidades

específicas de cada destino. Nesse sentido, Beni (2019) destaca que o planejamento é capaz de definir o uso racional e sustentável dos recursos naturais, estruturando planos, projetos e programas que conciliem o crescimento do setor com a preservação ambiental e cultural.

Além disso, Santos (2010) ressalta a importância da articulação entre os diferentes níveis de governo no processo de planejamento turístico, enfatizando que, apesar da possibilidade de elaboração de planos locais independentes, a integração entre as esferas municipal, estadual e nacional é fundamental para garantir um desenvolvimento turístico mais coeso e estruturado:

> "[...] embora se possa elaborar planos locais independentes, nesse âmbito do planejamento turístico é adequado existir a articulação entre os níveis estaduais e nacionais de desenvolvimento turístico." (Santos, 2010, p. 39).

Nesse mesmo sentido, Solha (2006) reforça que a política de turismo deve cumprir um duplo papel: por um lado, estimular e controlar diretamente o desenvolvimento da atividade turística e, por outro, garantir a proteção dos interesses da sociedade, assegurando que o crescimento do setor seja conduzido de maneira equilibrada e sustentável.

Dessa forma, observa-se que um planejamento turístico eficaz deve incorporar princípios de governança, sustentabilidade e integração intergovernamental, possibilitando a implementação de políticas públicas mais assertivas e adequadas às demandas dos destinos turísticos.

2.2 Gestão Pública no Brasil

A gestão pública no Brasil opera em um cenário dinâmico e complexo, influenciado por fatores políticos, econômicos e sociais. Seu principal objetivo é garantir o desenvolvimento sustentável do país, a melhoria dos serviços públicos e o bem-estar da população. Para Nascimento (2017), a administração pública deve integrar um projeto amplo de desenvolvimento, promovendo a modernização organizacional, a otimização de processos e a qualificação de servidores.

A estrutura da gestão pública está organizada em três esferas: federal, estadual e municipal. No nível federal, a administração é conduzida pelo Poder Executivo, sob liderança do presidente da República e sua equipe ministerial. O Congresso Nacional, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, exerce o papel legislativo e fiscalizador, sendo

essencial para a formulação e regulamentação das políticas públicas. Como destaca Moraes (2001), mesmo com amplos poderes legislativos, o Executivo não pode governar sem o respaldo do Legislativo, uma vez que a aprovação de proposições depende do apoio parlamentar.

O Poder Judiciário, embora não atue diretamente na administração pública, desempenha um papel fundamental na interpretação das leis e na garantia da constitucionalidade dos atos governamentais. Segundo o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP, [s.d]), sua autonomia administrativa e financeira assegura a proteção dos direitos individuais, coletivos e sociais. Além disso, os órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria-Geral da União (CGU), desempenham funções essenciais na fiscalização dos recursos públicos e na promoção da transparência governamental. Conforme Silva (2022, p. 90), o TCU possui jurisdição privativa sobre a gestão dos recursos federais, enquanto a CGU exerce papel normativo na orientação dos gestores públicos quanto ao controle interno, correição e prevenção da corrupção.

Apesar dos avanços, a burocracia excessiva continua sendo um dos principais entraves à eficiência administrativa, retardando a implementação de políticas públicas e limitando sua eficácia. Para Aragão (1997), a efetividade da administração pública depende tanto da estrutura estatal quanto do contexto social em que está inserida. Nos últimos anos, diversas iniciativas foram adotadas para modernizar a gestão pública, como a governança digital, que incorpora tecnologias para aprimorar a prestação de serviços e ampliar a participação cidadã. A Política de Governança Digital (PGD), instituída pelo Decreto 8.638/2016, busca promover maior transparência e eficiência na administração pública, utilizando recursos tecnológicos para otimizar a formulação e execução de políticas públicas (Brasil, 2018).

A transparência e a participação social também têm sido fortalecidas por iniciativas como o Portal da Transparência e a Lei de Acesso à Informação, permitindo que cidadãos acompanhem a utilização dos recursos públicos e contribuam para o controle social da administração (Brasil, 2024).

Nos níveis estadual e municipal, a gestão pública segue princípios semelhantes, garantindo autonomia administrativa conforme estabelecido pela Constituição de 1988. No âmbito estadual, o governador, auxiliado por secretarias e órgãos especializados, é responsável pela implementação de políticas regionais, enquanto a Assembleia Legislativa exerce funções

legislativas e de fiscalização (Gadelha, 2017). No nível municipal, a administração é conduzida pelo prefeito, auxiliado por secretarias municipais, enquanto a Câmara de Vereadores desempenha o papel legislativo e fiscalizador. Como enfatiza Garrido (2016, p. 37), os municípios possuem autonomia para organizar sua estrutura administrativa, arrecadar tributos e implementar políticas locais, garantindo maior proximidade entre o governo e a população.

A evolução da gestão pública no Brasil exige esforços contínuos para aprimorar a transparência, a eficiência e a inclusão da sociedade no processo decisório. Para alcançar esse objetivo, é fundamental promover a modernização administrativa, fortalecer a cooperação entre os diferentes níveis de governo e incentivar a participação cidadã. Dessa forma, como apontam Coelho (2020) e Garrido (2012), é possível construir uma gestão pública mais responsiva e alinhada às demandas da população brasileira.

2.3 Gestão Pública Do Turismo

O turismólogo, devidamente graduado por uma IES (Instituição de Ensino Superior), é um profissional especializado em planejar, promover e gerir atividades turísticas, e exerce uma função essencial na gestão pública do turismo em diversas esferas governamentais. A presença de turismólogos na administração pública contribui para o desenvolvimento sustentável e competitivo do setor, viabilizando que as políticas e ações sejam bem estruturadas e eficientes. Este capítulo explora as funções e a importância do turismólogo na gestão pública federal, estadual e municipal no Brasil.

Em 2016, a atuação do turismólogo foi reconhecida e destacada pelo então ministro de turismo, Alessandro Teixeira e pelo Presidente da ABBTUR (Associação Brasileira de Turismólogos e Profissionais do Turismo), conforme a seguir:

> O ministro do Turismo Alessandro Teixeira reforça a importância do profissional e sua atuação no mercado. "O turismólogo é capaz de transformar atrativos e destinos em produtos turísticos que reúnam características como apelo comercial viável, sustentabilidade e envolvimento da comunidade local".
> Elzário Pereira, presidente da Associação Brasileira de Turismólogos e Profissionais do Turismo (ABBTUR), destaca que a atuação dos profissionais da área deve ser voltada para ações intersetoriais, seja nas atividades comerciais de serviços dos diversos segmentos turísticos, seja na gestão pública em todas as instâncias de governo.
> Segundo a lei que reconhece a profissão, entre as atividades exercidas por esse profissional estão a de gerir estabelecimentos ligados ao turismo; coordenar a seleção e classificação de locais e áreas de interesse turístico, formular e implantar prognósticos e proposições para o desenvolvimento do turismo; criar e implantar roteiros e rotas turísticas; desenvolver e comercializar novos produtos turísticos e organizar eventos entre outras. (Turismo 2016, [s.d.])

O turismólogo desempenha um papel estratégico na formulação de planos e políticas nacionais de turismo, utilizando seu conhecimento técnico para estabelecer diretrizes, metas e estratégias voltadas ao desenvolvimento do setor. Como destaca Yázigi (2011), esse profissional deve atuar como um operacionalizador do turismo, assegurando que as cidades estejam preparadas para atender às demandas econômicas e consolidar sua reputação no mercado. Além disso, realiza estudos e análises de mercado, identificando tendências e oportunidades que subsidiem a tomada de decisões, tornando-se peça fundamental para a formulação e avaliação de políticas públicas.

Na esfera da promoção e marketing, o turismólogo colabora na elaboração e execução de campanhas voltadas à divulgação dos destinos turísticos, tanto no Brasil quanto no exterior. Seu trabalho é frequentemente alinhado às diretrizes da Embratur, incluindo a participação em feiras e eventos internacionais. Nesse contexto, sua atuação se estende à coordenação de programas e projetos, como o Programa de Regionalização do Turismo, que busca integrar e fortalecer destinos turísticos (Rigoldi et al., 2020).

Além disso, sua capacitação permite que atue na organização de cursos e workshops voltados à qualificação dos profissionais do setor, melhorando a qualidade dos serviços oferecidos.

No âmbito estadual, o turismólogo é responsável pelo planejamento estratégico e pela implementação de políticas públicas adequadas às especificidades regionais. Sua atuação visa promover a integração e cooperação entre os municípios, incentivando a criação de roteiros turísticos e o desenvolvimento de produtos que valorizem os atrativos naturais, culturais e históricos de cada localidade. Como ressalta Peciar (2006), sua responsabilidade na gestão dos recursos naturais é significativa, pois ele atua como mediador entre o turismo e a preservação ambiental.

Adicionalmente, o turismólogo contribui para a formulação de estratégias de segmentação de mercado, essenciais para o direcionamento das ações de marketing dos destinos turísticos. Ele também desempenha um papel central na organização de eventos promocionais e na participação em feiras nacionais e internacionais, fortalecendo a imagem dos destinos e fomentando a competitividade do setor (Müller e Silva, 2011).

O turismólogo desempenha um papel central na organização e gestão de eventos culturais, esportivos e gastronômicos, planejando e coordenando iniciativas que fomentam o turismo e impulsionam a economia local. Além disso, sua atuação abrange a capacitação e qualificação dos profissionais do setor, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Na gestão de atrações e infraestrutura, esse profissional supervisiona a conservação e aprimoramento dos equipamentos turísticos, garantindo uma experiência segura e satisfatória para os visitantes. Como enfatiza Gomes et al. (2011, p. 1), o turismo de eventos tem se consolidado como um importante vetor de desenvolvimento sustentável, promovendo a economia local e valorizando a cultura.

Dessa forma, a presença do turismólogo na administração pública, em suas diversas esferas, é essencial para o planejamento estratégico, a promoção e a execução de políticas eficazes no setor. Sua expertise permite a gestão profissionalizada do turismo, assegurando benefícios tanto para os destinos turísticos quanto para os visitantes.

3. METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa constitui um conjunto sistemático de técnicas, procedimentos e abordagens científicas empregadas na coleta e análise de dados, possibilitando a construção do conhecimento e a obtenção de resultados robustos e confiáveis. Trata-se de um plano estruturado que orienta o pesquisador na formulação das estratégias adequadas para responder às questões de pesquisa e atingir os objetivos propostos, garantindo rigor e consistência na investigação.

Os procedimentos metodológicos adotados desempenham um papel fundamental na condução da pesquisa, uma vez que possibilitam a compreensão aprofundada do fenômeno estudado, permitindo que o pesquisador responda ao problema de investigação com precisão. Além disso, tais procedimentos favorecem a reformulação de teorias preexistentes ou a construção de novos referenciais, caso os achados tragam perspectivas inovadoras para a área de estudo (Vergara, 2005).

Segundo Minayo (2001), a metodologia deve ser compreendida como um "caminho do pensamento" e a prática que norteia a abordagem da realidade. Dessa forma, sua importância

transcende a simples definição de técnicas e métodos, assumindo um papel central na estruturação teórica e na fundamentação científica da pesquisa.

3.1 Classificações Da Pesquisa

A classificação das pesquisas pode ser realizada a partir de diferentes perspectivas metodológicas, sendo fundamental delimitar sua natureza, abordagem, objetivos e procedimentos técnicos. Sob a ótica da natureza, este estudo se enquadra como uma pesquisa aplicada, pois tem como propósito a produção de conhecimento voltado à resolução de problemas específicos, com aplicação prática e impacto direto no contexto investigado. Conforme Gil (2010), a pesquisa aplicada abrange estudos cujo foco recai sobre questões concretas enfrentadas pela sociedade, enquanto Vergara (2005) destaca que sua principal motivação reside na necessidade de solucionar problemas imediatos e de relevância empírica.

No que tange à abordagem do problema, a pesquisa adota uma perspectiva quantitativa, baseada na premissa de que os fenômenos podem ser mensurados, possibilitando a conversão de dados qualitativos em valores numéricos, os quais são posteriormente analisados por meio de técnicas estatísticas.

De acordo com Gil (2010), essa abordagem geralmente envolve a aplicação de questionários estruturados para obtenção de dados precisos e quantificáveis, sendo frequentemente denominada pesquisa fechada.

Para Minayo (2001), o método quantitativo se fundamenta na objetividade e na utilização de instrumentos padronizados que asseguram a neutralidade na análise social, alinhando-se, portanto, ao paradigma positivista.

Sob a perspectiva dos objetivos, esta pesquisa se caracteriza como descritiva, pois tem como finalidade primordial delinear as características de determinada população ou fenômeno, bem como estabelecer relações entre variáveis.

Conforme Gil (2010), a pesquisa descritiva emprega instrumentos metodológicos padronizados, tais como questionários e observação sistemática, sendo frequentemente conduzida sob a forma de levantamento. Para Marconi e Lakatos (2007), investigações quantitativas de caráter descritivo consistem na análise empírica de características essenciais

de um fenômeno, na avaliação de programas e no isolamento de variáveis-chave que possam influenciar os resultados.

No que concerne aos procedimentos técnicos, o estudo adota a abordagem de levantamento, uma vez que se baseia na aplicação de questionários estruturados a um grupo de respondentes previamente selecionado, cujas opiniões e comportamentos são analisados de forma representativa.

Segundo Gil (2010), o levantamento permite a obtenção de informações detalhadas sobre um fenômeno a partir de interrogações diretas aos sujeitos da pesquisa. Medeiros (2019) complementa essa visão ao definir essa estratégia metodológica como uma forma sistemática de coletar dados sobre características e percepções de uma amostra estatisticamente relevante. Ademais, Ludwing (2015) enfatiza que essa modalidade consiste na solicitação de informações a um público previamente definido, de modo a assegurar a pertinência e a validade dos dados obtidos.

Dessa maneira, a presente investigação se sustenta em um referencial metodológico robusto, fundamentado na pesquisa aplicada, com abordagem quantitativa, caráter descritivo e procedimentos de levantamento, assegurando a obtenção de dados empíricos rigorosos e cientificamente embasados.

3.2 Delimitação da Pesquisa

O estado do Rio Grande do Norte possui, segundo o IBGE (2020), 167 (cento e sessenta e sete) municípios, que estão organizados em cinco níveis hierárquicos, com onze subdivisões: Metrópoles (1A, 1B e 1C), Capitais Regionais (2A, 2B e 2C), Centros Sub-regionais (3A e 3B), Centros de Zona (4A e 4B) e Centros Locais (5). Alguns municípios são muito integrados entre si e constituem apenas uma cidade para fim de hierarquia urbana, trata-se dos arranjos populacionais, os quais são indicados no complemento da hierarquia urbana quando ocorrem.

Assim, conforme a classificação relatada, 146 (cento e quarenta e seis) estão como centro locais (5); 4 (quatro) cidades estão como (3B); 5 (cinco) como (2A) – onde se inclui a capital do Estado –; 1 (uma) como (2C) – a cidade de Mossoró, segunda maior cidade do Estado –; 2 (duas) cidades como (4A); e, finalmente, 8 (oito) como (4B).

Dessa forma, este estudo define sua amostra ao estudar como população os municípios com classificação 2A (cinco cidades), 4A (duas cidades), 3B (quatro cidades) e 4B (oito

cidades), perfazendo 19 (dezenove) municípios. Serão incluídas também algumas cidades na classificação (5), entre os 146 (cento e quarenta e seis) municípios, de onde vem a grande maioria desse universo, na medida de conveniência do pesquisador em contatar o respectivo município.

3.3 Instrumento De Coleta

Para a obtenção dos dados empíricos desta pesquisa, optou-se pela utilização de um questionário estruturado, elaborado com base nos objetivos do estudo e nos principais tópicos identificados na revisão da literatura. Esse instrumento metodológico foi concebido com o intuito de coletar informações detalhadas acerca da participação do turismólogo na estrutura administrativa municipal voltada ao turismo nos municípios do Estado do Rio Grande do Norte (RN).

Com o propósito de assegurar a validade e a confiabilidade do questionário, foi conduzido um pré-teste em cinco municípios selecionados aleatoriamente. Esse procedimento metodológico visou avaliar a robustez do instrumento de coleta, verificando sua capacidade de captar as informações necessárias para o atendimento dos objetivos da pesquisa. Somente após a análise dos resultados do pré-teste, o questionário foi aplicado integralmente à amostra definida.

A aplicação do questionário foi direcionada aos responsáveis pela administração do turismo em nível municipal, incluindo secretários de turismo, gestores de gabinetes públicos ou outros agentes diretamente envolvidos na formulação e execução das políticas turísticas locais. O questionário foi desenvolvido na plataforma *Google Forms*, permitindo ampla acessibilidade e praticidade na coleta de respostas. Posteriormente, os dados foram organizados e tabulados no *software Excel* e submetidos a tratamento estatístico por meio do *SPSS (Statistical Package for the Social Sciences),* versão 21, garantindo maior precisão na análise das informações coletadas.

O pré-teste foi realizado entre o final de maio e junho de 2024, servindo como um mecanismo para aferir a eficiência e a eficácia do instrumento metodológico adotado. A aplicação integral dos questionários ocorreu ao longo dos meses de julho a novembro de 2024,

período no qual foram conduzidas todas as etapas do levantamento de dados, assegurando a fidedignidade e a consistência dos achados da pesquisa.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este estudo, em consonância com o objetivo específico de analisar a relevância do turismo nos municípios do Estado do Rio Grande do Norte, fundamentou-se na classificação estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**.** Tal categorização segmenta os municípios com base em critérios socioeconômicos e de desenvolvimento, possibilitando uma análise detalhada das particularidades e do potencial turístico de cada localidade.

Entretanto, a pesquisa não obteve a adesão esperada em relação à amostra inicialmente projetada, apesar do envio do questionário a um número superior de municípios. Ainda assim, a amostra final contemplou municípios pertencentes às categorias 2A, 2C, 4A, 3B e 4B**,** além de uma seleção de municípios enquadrados na categoria **5**. A escolha desses agrupamentos foi estratégica, uma vez que refletem distintos níveis de desenvolvimento e complexidade estrutural no âmbito do turismo.

Dos 30 (trinta) municípios consultados**,** 20 (vinte) responderam ao questionário**,** compondo a amostra efetiva do estudo. Esses municípios estão apresentados no Quadro 01**,** sendo numerados de 1 (um) a 20 (vinte)**,** enquanto aqueles que não responderam ao levantamento foram catalogados de 21 (vinte e um) a 30 (trinta)**.** Essa segmentação permite uma análise comparativa entre os municípios participantes e os que não aderiram à pesquisa, contribuindo para a compreensão das dinâmicas da gestão pública do turismo no contexto estadual.

Quadro 01 – Segregação dos municípios pelo porte

	Município	Mesorregião	Classificação do IBGE
1	Natal	Leste potiguar	2A
2	Extremoz	Leste potiguar	2A
3	Mossoró	Oeste potiguar	2C
4	Santa Cruz	Agreste potiguar	4A
5	Currais Novos	Central potiguar	3B
6	Canguaretama	Leste potiguar	4B
7	Acari	Central potiguar	CENTRO LOCAL (5)
8	Areia Branca	Oeste potiguar	CENTRO LOCAL (5)
9	Baía Formosa	Leste potiguar	CENTRO LOCAL (5)
10	Ceará-Mirim	Leste potiguar	CENTRO LOCAL (5)
11	Galinhos	Central potiguar	CENTRO LOCAL (5)
12	Grossos	Oeste potiguar	CENTRO LOCAL (5)
13	Macaíba	Leste potiguar	CENTRO LOCAL (5)
14	Rio do fogo	Leste potiguar	CENTRO LOCAL (5)
15	Poço Branco	Agreste potiguar	CENTRO LOCAL (5)
16	São Miguel do Gostoso	Leste potiguar	CENTRO LOCAL (5)
17	Senador Georgino Avelino	Leste potiguar	CENTRO LOCAL (5)
18	Tibau	Oeste potiguar	CENTRO LOCAL (5)
19	Tibau do Sul	Leste potiguar	CENTRO LOCAL (5)
20	Touros	Leste potiguar	CENTRO LOCAL (5)
21	São Gonçalo do Amarante	Leste potiguar	2A
22	Parnamirim	Leste potiguar	2A
23	Macau	Central potiguar	CENTRO LOCAL (5)
24	Guamaré	Central potiguar	CENTRO LOCAL (5)
25	Pedra Grande	Central potiguar	CENTRO LOCAL (5)
26	Pureza	Leste potiguar	CENTRO LOCAL (5)
27	Jandaíra	Agreste potiguar	CENTRO LOCAL (5)
28	Portalegre	Oeste potiguar	CENTRO LOCAL (5)
29	Martins	Oeste potiguar	CENTRO LOCAL (5)
30	São Bento do Norte	Central potiguar	CENTRO LOCAL (5)

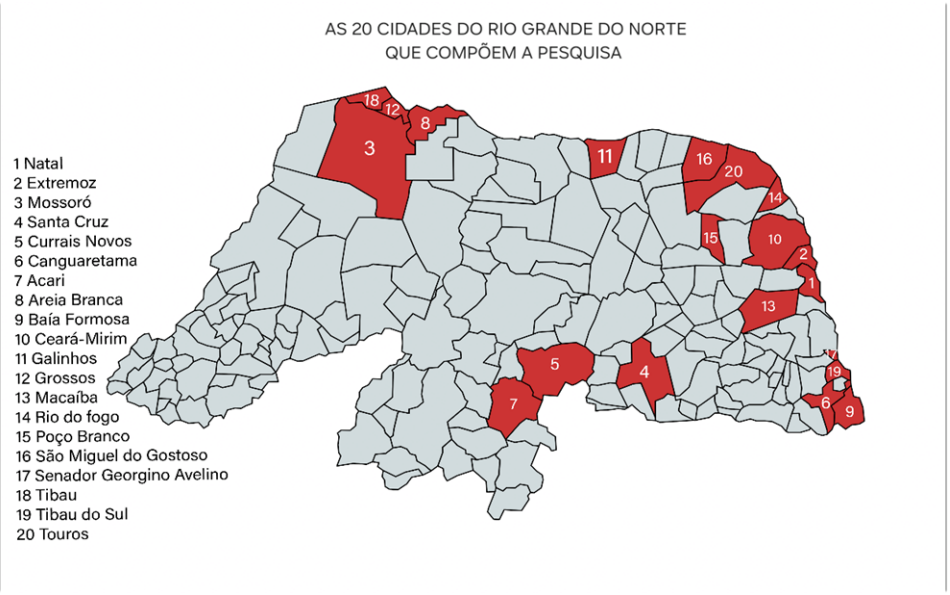
Fonte: Autor, 2024

Essa abordagem metodológica proporcionou uma análise abrangente e detalhada do setor turístico no Estado do Rio Grande do Norte, permitindo a identificação de oportunidades e desafios específicos para cada segmento municipal investigado. Além disso, a classificação adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) viabilizou uma segmentação precisa da análise, possibilitando uma compreensão aprofundada das dinâmicas econômicas e sociais que influenciam o desenvolvimento turístico nos diferentes contextos regionais.

O sistema de categorização do IBGE fundamenta-se na necessidade de mapear as potencialidades turísticas, fornecendo subsídios para a formulação de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento mais eficazes. Ao considerar as particularidades de cada categoria municipal, este estudo oferece insights relevantes para a implementação de ações que fomentem o crescimento sustentável e equilibrado do setor, respeitando as especificidades locais. Essa abordagem contribui para a melhoria da infraestrutura turística, a capacitação profissional e a promoção estratégica dos destinos, fortalecendo, assim, a competitividade e a atratividade dos municípios analisados.

A seguir, apresenta-se um mapa ilustrativo, identificando os vinte municípios que compõem a amostra desta pesquisa.

Mapa 01 – Segregação dos municípios pelo porte



Fonte: Autor (2024)

A análise dos dados referentes à estrutura pública municipal voltada ao turismo revelou que 100% dos 20 municípios participantes possuem órgãos responsáveis pela gestão do setor, evidenciando um comprometimento generalizado com a promoção e o desenvolvimento turístico. A presença dessas estruturas reflete o reconhecimento da importância do turismo para o crescimento econômico, social e cultural das localidades, alinhando-se às recomendações do Ministério do Turismo (2018), que incentiva a formalização de secretarias e departamentos específicos para coordenar políticas públicas e investimentos no setor.

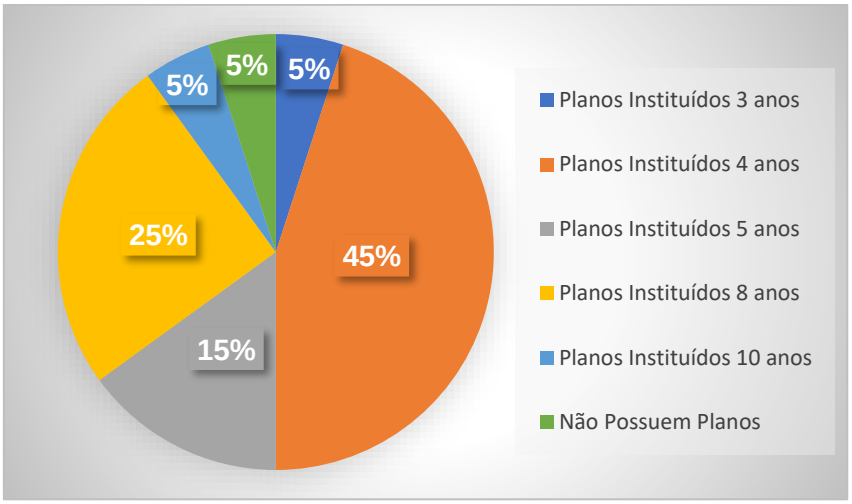
A institucionalização dessas secretarias possibilita um planejamento estratégico mais eficaz, favorecendo a criação de inventários turísticos e planos de desenvolvimento, instrumentos essenciais para consolidar a competitividade dos destinos. Os dados demonstram que 80% dos municípios já possuem inventário turístico e/ou plano de desenvolvimento do turismo, enquanto 20% ainda carecem desses instrumentos, possivelmente devido a restrições orçamentárias ou à baixa priorização do setor.

Entre os municípios que enfrentam desafios na atualização de seus instrumentos de planejamento, destacam-se Touros/RN, cujo inventário turístico encontra-se desatualizado há mais de 10 anos, e São Miguel do Gostoso/RN, um dos destinos mais promissores do litoral norte potiguar, que também necessita atualizar suas informações para fortalecer sua competitividade. Poço Branco/RN, por sua vez, criou recentemente sua secretaria de turismo (em julho de 2023), encontrando-se ainda em fase de estruturação.

Os dados também revelam variações no tempo de existência dos planos de desenvolvimento turístico nos municípios pesquisados: 45% possuem planos instituídos há 4 anos, 25% há 8 anos, 15% há 5 anos, enquanto 5% indicaram planos com 10 anos, 5% com 3 anos, e 5% não possuem qualquer plano. Essas disparidades reforçam a necessidade de capacitação e apoio técnico para garantir que todos os municípios possam atualizar e aprimorar seus instrumentos de planejamento, promovendo um desenvolvimento turístico sustentável e estruturado.

Portanto, ainda que a maioria dos municípios investigados demonstre um compromisso com o planejamento turístico, há uma necessidade contínua de atualização e fortalecimento desses planos. Investir na modernização dos inventários, na capacitação técnica e no alinhamento estratégico com as diretrizes nacionais é essencial para garantir que as potencialidades turísticas do Estado sejam plenamente aproveitadas, promovendo impactos positivos na economia e na qualidade de vida das populações locais.

Gráfico 01 – Plano de Desenvolvimento



Fonte: Autor, 2024

Os dados analisados indicam que a maioria dos municípios vem investindo no planejamento turístico nos últimos anos, evidenciando um crescimento no interesse pelo setor. No entanto, a predominância de planos com oito anos de existência ressalta a necessidade de atualização estratégica, enquanto a ausência de planos em alguns municípios reforça a urgência na formulação de diretrizes formais para o desenvolvimento turístico.

A pesquisa também buscou identificar a presença de turismólogos na estrutura pública municipal, considerando sua importância para a profissionalização e a efetividade das políticas do setor. Os resultados revelaram que 60% dos municípios possuem turismólogos atuando na gestão turística, o que representa um avanço na qualificação da administração pública do turismo. A presença desses profissionais é essencial para o planejamento, desenvolvimento e execução de estratégias eficazes, contribuindo para um turismo mais sustentável e competitivo. Por outro lado, 40% dos municípios ainda não contam com turismólogos, o que pode comprometer a identificação dos recursos turísticos, a inovação na oferta de produtos turísticos e a implementação de ações de marketing eficientes.

A literatura corrobora essa relevância, destacando que a formação em turismo capacita os profissionais para elaborar diagnósticos, definir estratégias e gerir projetos turísticos (Turismo, 2016). Estudos como os de Santos, Chehade e Pedroso (2009) demonstram que a

presença de turismólogos nas secretarias municipais está associada a um maior nível de profissionalização e melhores resultados socioeconômicos.

Quanto às funções exercidas pelos turismólogos, 60% dos respondentes indicaram que atuam diretamente na administração do setor, desenvolvendo atividades estratégicas como planejamento e secretariado. Entretanto, 40% dos municípios pesquisados ainda não possuem esses profissionais, o que compromete a eficácia das políticas públicas voltadas ao turismo.

A análise sobre a inclusão de vagas para turismólogos em concursos públicos revelou um cenário preocupante: 90% dos municípios responderam que não houve vagas no último concurso, e apenas 10% afirmaram que sim. Além disso, 65% dos municípios não preveem concursos futuros para esses profissionais, enquanto 30% indicam possibilidade de abertura de vagas e 5% deram respostas variadas ou incertas. Esses dados evidenciam a baixa inserção dos turismólogos no setor público, refletindo um déficit no reconhecimento da importância desses profissionais para a gestão turística municipal.

Dessa forma, a ausência de políticas voltadas à contratação de turismólogos pode indicar uma visão restrita do turismo como eixo estratégico do desenvolvimento municipal. Considerando a representatividade do setor no PIB estadual, a falta de planejamento para a profissionalização da gestão turística pode comprometer o desenvolvimento econômico e social dos municípios do Rio Grande do Norte, limitando seu potencial competitivo no cenário turístico regional e nacional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo aborda a relevância da atuação do turismólogo na gestão pública de municípios do Rio Grande do Norte, destacando a correlação direta entre a profissionalização do setor turístico e o desenvolvimento sustentável do turismo local. A análise evidenciou que, embora todos os municípios investigados possuam uma secretaria dedicada ao turismo, a presença de turismólogos está restrita a 60% (sessenta por cento) das administrações municipais, o que revela uma lacuna significativa na valorização desse profissional, essencial para a consolidação do setor.

Ficou evidente a necessidade de ampliar a inserção de turismólogos na estrutura pública municipal, seja por meio da criação de cargos específicos em concursos públicos, seja pela

conscientização dos gestores públicos acerca do papel estratégico desempenhado por esse profissional. Tal medida, além de qualificar a gestão turística, pode contribuir para o fortalecimento de políticas públicas voltadas ao planejamento, promoção e desenvolvimento de destinos turísticos, alinhando-se às demandas contemporâneas do setor.

O estudo também identificou avanços no planejamento turístico, como a existência de inventários e planos de desenvolvimento nos municípios analisados. Contudo, ressaltou-se a necessidade de atualização desses instrumentos e de maior atenção aos municípios que ainda não dispõem dessas ferramentas fundamentais para a gestão eficiente do turismo. A ausência ou desatualização desses documentos pode comprometer a eficácia das ações públicas e a competitividade dos destinos.

Como contribuição para estudos futuros, recomenda-se o aprimoramento dos instrumentos de coleta de dados, evitando questões ambíguas e promovendo maior abrangência territorial. Tais iniciativas permitirão uma análise mais robusta e abrangente, facilitando a interpretação dos dados e possibilitando um aprofundamento da compreensão sobre a gestão do turismo em todas as regiões do estado. Além disso, sugere-se a realização de pesquisas que explorem as percepções dos gestores públicos e dos próprios turismólogos sobre os desafios e oportunidades da atuação profissional no setor público.

Em síntese, a pesquisa reforça a importância da integração do turismólogo na gestão pública e da promoção de ações voltadas à qualificação e estruturação do turismo como vetor de desenvolvimento econômico, social e cultural no Rio Grande do Norte. O fortalecimento desse setor requer esforços conjuntos entre poder público, setor privado e sociedade civil, visando a um turismo mais inclusivo, sustentável e competitivo. A consolidação dessas práticas contribuirá não apenas para o crescimento econômico, mas também para a preservação do patrimônio natural e cultural, garantindo benefícios duradouros para as comunidades locais e para o estado como um todo.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Cecília Vescovi de. **Burocracia, eficiência e modelos de gestão pública: um ensaio.** Revista do Serviço Público, 1997.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 14. ed. São Paulo: Editora Senac, 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Brasileiros consideram Turismo a terceira atividade econômica mais importante do país**. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/brasileiros-consideram-turismo-a-terceira-atividade-economica-mais-importante-do-pais#:~:text=Ainda%20de%20acordo%20com%20a,e%20desenvolvimento%20regional%20(84%25). Acesso em: 24 abr. 2024.

BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Relatório de Políticas e Programas de Governo**. 2024. Política de Governança Digital. Disponível em: https://sites.tcu.gov.br/relatorio-de-politicas/2018/politica-de-governanca-digital.htm. Acesso em: 19 jun. 2024.

BRASIL. CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Portal da Transparência**: portal da transparência do governo federal. Portal da Transparência do Governo Federal. 2004. Controladoria Geral da União. Disponível em: https://portaldatransparencia.gov.br/sobre/o-que-e-e-como-funciona. Acesso em: 19 jun. 2024.

BRASIL, Marca. Tour da experiência. **Instituto Marca Brasil**, Brasilia, p. 1-129, 2010.

COELHO, Leonardo. **Https://www.politize.com.br/legislativo-federal-estadual-municipal/**. 2020. Disponível em: https://www.politize.com.br/legislativo-federal-estadual-municipal/. Acesso em: 01 jul. 2024.

EMMENDOERFER, Magnus Luiz; MEDIOTTE, Elias José; KNUPP, Marcos Eduardo Carvalho Gonçalves; ALVARES, Daniela Fantoni. O que define um destino turístico? **Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade,** [S. L.], p. 1064-1084, abr. 2023.

GADELHA, Sergio Ricardo de Brito (ed.). Introdução ao Federalismo e ao Federalismo Fiscal no Brasil. **Enap**, Brasilia, p. 1-32, 2017.

GARRIDO, Elena Pacita Lois. **Livro do Prefeito**: orientações para uma gestão responsável – Coletânea Gestão Pública Municipal: Gestão 2017-2020. Brasília: Confederação Nacional de Municípios – Cnm, 2016. 37 p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2010.
GOMES, Ângela Araújo; LIMA, Aline Gisele Azevedo; SANTOS, Denisiane Tavares; FERREIRA, Roberta Celestino. **A contribuição dos eventos culturais para a promoção turística de Teresina Piauí.** In: https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/6/153.pdf 2009

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -. **Rio Grande do Norte**: mesorregião. Mesorregião. 2021. IBGE. Disponível em:

https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sintese/rn?indicadores=91249. Acesso em: 16 nov. 2024.

LUDWING, Antônio Carlos Will. **Fundamentos e Práticas de Metodologia Científica**. 3 ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2015

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, SP: Atlas, 2007.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica**: prática de fichamento, resumos, resenhas. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

NACIONAL, Congresso. **Atribuições**. [s.d]. Disponível em: https://www.congressonacional.leg.br/institucional/atribuicoes#:~:text=O%20Poder%20Legislativo%2C%20segundo%20o,Deputados%20e%20do%20Senado%20Federal. Acesso em: 25 jun. 2024.

PECIAR, Paola Luciana Rodriguez. **A Importância da Educação Ambiental na Promoção do Turismo Sustentável e na Formação Acadêmica dos Turismólogos**. 2006. 52 f. Monografia (Especialização) - Curso de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável:** a proteção do meio ambiente. 1. ed. Campinas: Papirus, 2022. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 04 jun. 2024.

RIGOLDI, Aracelis Gois Morales; CREMONEZI, Graziela Oste Graziano; SOLHA, Karina Toledo; SPERS, Valéria Rueda Elias; VIEIRA, Marli Terezinha. Bachelor of Tourism and Public Policies of Tourism: the case of tourist resorts in the state of são paulo, brazil. **Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, [S.L.], v. 12, n. 1, p. 169-191, 11 jan. 2020. Universidade Caxias do Sul. http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v12i1p169.

SANTOS, Rodrigo Amado dos; CHEHADE, Michelle Bellintani; PEDROSO, Iara Amarins. A IMPORTÂNCIA DO BACHAREL EM TURISMO PARA AS SECRETARIAS DE TURISMO. **Revista Científica Eletrônica de Turismo**, Garça/Sp, v. 11, n. p. 1-6, 2009. Semestral. FAEF. Disponível em: https://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/mq1tiqtlmrSa30K_2013-5-23-10-55-17.pdf. Acesso em: 11 nov. 2024.

SANTOS, Marivan Tavares dos. **Fundamentos de Turismo e Hospitalidade**. Manaus: Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, 2010. 52 p.

SILVA, Erick Miranda da. **CORRUPÇÃO, ACCOUNTABILITY E CONTROLES:** uma análise empírica das ações do tribunal de contas da união e da controladoria-geral da união, entre os anos de 2005 e 2020. 2022. 174 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2022. Cap. 10.

SOLHA, Karina Toledo. A institucionalização do turismo na administração pública estadual: a experiência brasileira. **Encontro Internacional de Gestão do Turismo**, Ouro Preto, p. 1-8, 2008.

TURISMO, Ministério do. **Qualificação no Turismo**: qualificação no turismo. Qualificação no Turismo. [2023]. Secretaria Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo - SNDTUR. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/qualificacao. Acesso em: 19 jun. 2024.

TURISMO, Ministério do; SEBRAE; EMBRATUR. **Investe Turismo**: parcerias para transformar destinos. Brasília: Mtur, 2019. 40 p.

TURISMO, Ministério do. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil:** turismo e sustentabilidade. Brasília: Mtur, 2007. 126 p.

TURISMO, Ministério do. **Orientações Técnicas para a Criação de Conselho Municipal de Turismo**. Brasília: Mtur, 2018. 21 p.

TURISMO, Ministério do. **Programa de Regionalização do Turismo**. 08/12/2021. Mtur. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/programa-de-regionalizacao-do-turismo/programa-de-regionalizacao-do-turismo/perguntas_respostas_categorizacao_2016.pdf. Acesso em: 15 set. 2024.

TURISMO, Ministério do. **Estratégias territoriais para o desenvolvimento turístico**. 2018. Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo (PRODETUR). Disponível em: https://regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=118:programa-nacional-de-desenvolvimento-e-estruturacao-do-turismo-prodetur&catid=17&Itemid=121#:~:text=Programa%20Nacional%20de%20Desenvolvimento%20e%20Estrutura%C3%A7%C3%A3o%20do,de%20Estrutura%C3%A7%C3%A3o%20do%20Turismo%20(SNETur):%20(61)%202023%2D7888. Acesso em: 05 nov. 2024.

TURISMO, Ministério do. **Quem é o Turismólogo?** categoria, que teve atuação estabelecida por lei em 2012, é responsável pelo planejamento e gestão de produtos turísticos. Categoria, que teve atuação estabelecida por lei em 2012, é responsável pelo planejamento e gestão de produtos turísticos. 2016. Gustavo Henrique Braga. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/quem-e-o-turismologo. Acesso em: 11 nov. 2024.

TJSP, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. **Órgãos da Justiça**. [s.d]. Disponível em: https://www.tjsp.jus.br/PoderJudiciario/PoderJudiciario/OrgaosDaJustica. Acesso em: 25 jun. 2024.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005

YÁZIGI, Eduardo. Por um novo horizonte profissional do turismólogo. **Rosa dos Ventos**, Caxias do Sul, v. 3, n. 3, p. 424-432, 2011.